

# Relatório de Controle Interno (Anexo VII IN-20/2015) - ano-referência 2022

## Confirmação dos dados cadastrais (244)

**Cátia Maria Búrigo NOVA TRENTO**

**(6307)**

Tipo: (\*equation)

Cátia Maria Búrigo NOVA TRENTO

Você é responsável, isto é, **atua sem o auxílio de unidade específica de controle interno** ( *por exemplo, Controlador Interno da Câmara Municipal* ), **apenas** da(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Todas as UG

**Esta informação está correta? É necessário remover ou adicionar outras unidades?**

**(6303)**

Tipo: (L/list-radio)

Sim, confirmo que sou responsável APENAS pela(s) unidade(s) gestora(s) acima.

**OK**

**O nome do responsável pela(s) unidade(s) gestora(s) acima é:**

**Cátia Maria Búrigo NOVA TRENTO**

**Esta informação está correta?**

**(6304)**

Tipo: (L/list-radio)

Sim, a informação do responsável está correta.

**OK**

## 1. Informações sobre o funcionamento do Sistema de Controle Interno (231)

**Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s): (6305)**

Tipo: (\*equation)

**Responsável por este relatório: (6306)**

Tipo: (\*equation)

**1.1. No seu Município, o Sistema de Controle Interno apresenta que tipo de estrutura?****(6294)**

Tipo: (L/list-radio)

Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

**1EL****1.2. A qual estrutura organizacional o Órgão Central de Controle Interno está subordinado diretamente?****(6257)**

Tipo: (L/list-radio)

Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

**A1**

**1.3. Informe a Lei ou ato normativo que organiza a estrutura do Controle Interno da unidade jurisdicionada.**

Preferencialmente , utilize o endereço eletrônico de seu Portal da Transparência ou o sítio eletrônico similar ao [Leis Municipais](#)

**(6278)**

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/nova-trento/lei-ordinaria/2003/194/1931/lei-ordinaria-n-1931-2003-di-spo-e-sobre-o-sistema-de-controle-interno-do-municipio-de-nova-trento-e-da-outras-providencias?q=1931%2F2003>

**1.4. Quantas pessoas atuam no Controle Interno da unidade gestora? Se o controle interno for centralizado, por favor informe o número de funcionários que atuam no Órgão Central de Controle Interno. (6261)**

Tipo: (:/array-multi-flexi)

Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno - SQ001	1
Servidores efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno - SQ002	0
Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão - SQ003	1
Servidores temporários - SQ004	1
Estagiários - SQ005	0

**1.5. No exercício em análise, em algum momento não houve acompanhamento do controle interno na(s) unidade(s)? (6284)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

**1.6. Quais foram os procedimentos de controle realizados? Marque as opções que se aplicam.**

**Se houver procedimentos realizados que não estejam na lista, informe-os no item "Outros".**

**(6258)**

Tipo: (M/multiple-opt)

**Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; (6312)**

**Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; (6313)**

**Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; (6314)**



**Acompanhamento da execução de contratos, convênios e similares; (6421)**

**Acompanhamento do controle de frequência de pessoal; (6315)**

**Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; (6420)**

[X]

**Exame da legalidade das horas extras concedidas e adequação dos pagamentos realizados; (6316)**

[X]

**Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de concessão da aposentadoria e pensão (6513)**

[X]

**Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado (6514)**

**Exame da regularidade envolvendo a movimentação de pessoal (cessão, relocação, readaptação) (6515)**

[X]

**Exame de prestações de contas de diárias; (6317)**

[X]

**Exame de prestações de contas de adiantamentos; (6318)**

[X]

**Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; (6319)**

[X]

**Avaliação do cumprimento de metas previstas no plano plurianual; (6320)**

[X]

**Avaliação da execução dos programas de governo; (6321)**

[X]

**Avaliação da execução dos orçamentos anuais (LOA e/ou Leis de Créditos Adicionais); (6322)**

**Avaliação dos resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e/ou patrimonial; (6323)**

[X]

**Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; (6326)**

**Controle das operações de crédito, avais ou garantias da unidade; (6324)**

**Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; (6422)**

**Controle dos direitos e haveres da unidade; (6325)**

**Outros**

**1.7. Sobre os sistemas informatizados utilizados, responda:****(6287)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Totalmente informatizado - 100

**Há sistema informatizado de controle patrimonial? (6417)**

Não informatizado (controle manual) - 0

**Há sistema informatizado de almoxarifado? (6418)**

Totalmente informatizado - 100

**Há sistema informatizado de planejamento orçamentário? (6419)**

**1.8. Em relação à efetividade, avalie os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município. (6295)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 3

**O controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais. (6468)**

Bom - 3

**A definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende da aprovação dos gestores. (6469)**

Razoável / Satisfatório - 2

**Os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias (6470)**

Bom - 3

**No caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada (6471)**

Razoável / Satisfatório - 2

**Há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades. (6472)**

Razoável / Satisfatório - 2

**As rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação (6473)**

Bom - 3

**Os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados. (6474)**

Bom - 3

**Todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação (6475)**

Bom - 3

**As informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas (6489)**

## 2. Das atividades desenvolvidas pela unidade de controle interno (232)

2.1. O Controle Interno realizou apontamentos à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

**Responda mesmo se providências já tenham sido tomadas.**

**(6259)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**2.1.1. Informe os apontamentos realizados:**

Por favor, preencha no mínimo uma linha.

Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior gravidade.

(6260)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	<b>Unidade gestora em que apontamento foi realizado - unidade</b>	<b>Assunto - assunto</b>	<b>Valor em risco - valorrisco</b>	<b>Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação? - providencias</b>	<b>Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável? - descricaooprovidencia</b>
Apontamento #1 - aponta1	Procuradoria	Processo 12/00489303- imputação de débito a Aauto Raulino	não calculado	Solicitando informações sobre as medidas tomadas	Solicitação atendida
Apontamento #2 - aponta2	Gabinete Prefeito	Fiscalização dos Contratos Administrativos	não calculado	Recomendação de que fossem nomeados formalmente fiscais para os contratosl de Contrato	Recomendação não atendida
Apontamento #3 - aponta3	Gabinete Prefeito	Lei n° 13.709/2018 - LGPD	0	Recomendação de regulamentação da Lei 13.709/2018	Recomendação não atendida
Apontamento #4 - aponta4	Secretaria de Adm	Ausência de Registros Contábeis	0	Recomendação para efetuar os registros contábeis das	Recomendação atendida



Apontamento #5 - aponta5	Secretaria de Adm e Educação	Inconsistências nas despesas de lavação e lubrificação	não calculado	limitações de empenho Recomendação para verificação e controle	Recomendação atendida
Apontamento #6 - aponta6	Secretaria de Adm e Frotas	Hodômetro e Horímetro com defeito	não calculado	Recomendação para conserto ou substituição dos equipamentos com defeito	Recomendação atendida
Apontamento #7 - aponta7	Recursos Humanos e Adm	Horas Extras	não calculado	Observar o controle de frequência e a excepcionalidade	Recomendação atendida
Apontamento #8 - aponta8	Secretaria de Adm	Diárias	não calculado	Recomendação para observar a IN14/2012 quanto aos prazos e à prestação de contas	Recomendação não atendida
Apontamento #9 - aponta9	Secretaria de Adm	Adiantamentos	não calculado	Recomendação para observar a IN 14/2012 com relação à prestação de contas	Recomendação atendida
Apontamento #10 - aponta10					

**2.1.1.1. Gostaria de anexar arquivos referentes a este quadro? ( OPCIONAL ) (6279)**

Tipo: (/upload-files)

**2.2. Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades****gestoras? (6280)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não **2.3. Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de****seus trabalhos? (6282)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

**2.4. Acerca da gestão de risco, responda: (6288)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Parcialmente - 50

**Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob seu controle estão formalizados? (6423)**

Parcialmente - 50

**Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? (6424)****2.5. Sobre a execução orçamentária e contábil, responda: (6297)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Não ocorreram irregularidades - 0

**Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge (6478)**

Necessidade de melhorias práticas (sem afronta a norma legal) - 1

**Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias (6479)**

Não ocorreram irregularidades - 0

**Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012 (6480)**

Não ocorreram irregularidades - 0

**Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA (6481)**

Não foram realizados procedimentos - 99

**Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco) (6482)**

Não foram realizados procedimentos - 99

**Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc) (6483)**

### **3. Relação de irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário (233)**

#### **3.1. Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? (6262)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## 4. Das Tomadas de Contas Especiais (234)

### 4.1. Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? (6264)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## **5. Das transferências voluntárias por meio de convênios, acordos, ajustes ou congêneres (235)**

### **5.1. Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? (6266)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**5.1.1 Detalhamento das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumentos congêneres.**

**Caso a lista abaixo seja insuficiente, priorize a inserção dos casos de maior valor e/ou de maior risco.**

**(6267)**

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	<b>Unidade Gestora em que o instrumento foi firmado - CAACUNIDADE</b>	<b>Tipo de instrumento (convênio, termo de parceria, contrato de gestão, termo de cooperação ou instrumento congêneres) - CAACTIPO</b>	<b>Número do Instrumento - CAACNOME1</b>	<b>Objeto - CAACNOME2</b>	<b>Volume de recursos transferidos - CAACVALOR</b>	<b>CNPJ da entidade - CAACCNPJ</b>	<b>Situação da análise da prestação de contas do instrumento - CAACSTATUS</b>
Instrumento #1 - CAAC1	Secretaria Municipal de Assistência Social	Termo de Colaboração	003/2021	O presente termo de Colaboração tem por objeto o repasse de recursos financeiros entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil – OSC, para a manutenção do serviço de	72.000,00	11.944.582/0001-80	Regular



				atendiment o a idosos i ndependen te e semi in dependent e, em regime de abrigo, oferecendo serviços nas áreas de Enferma gem, Cuidadoras , Médico Clinico Geral, Nutri cionista e Dentista, com atendiment o semanal, além de serviços de cozinha e lavanderia, de modo a promover o bem estar físico, mental e emocional dos idosos.			
Instrumento #2 - CAAC2	Secretaria Municipal de Assistência Social	Termo de Fomento	004/2021	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas da Associação	360.000,00	78.540.84 6/0001-01	Regular

				relativamen te ao patrimônio, bem como os encargos com o quadro de pessoal com o intuito de manter ativos os trabalhos terapêutico s e sociais, habilitando e reabilitando crianças, jovens e adultos com deficiência intelectual e múltipla.			
Instrumento #3 - CAAC3	Secretaria Municipal de Esportes	Termo de Fomento	005/2021	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear as despesas decorrentes de alimentação, supermercado, aluguel para moradia de atletas e academia,	66.000,00	04.991.606/0001-97	Regular

				conforme Plano de Trabalho em anexo, de forma que se garanta o bom rendimento das atletas e a continuidade da prestação de serviços da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO ESPORTE NEOTRENTINO (APAEN).			
Instrumento #4 - CAAC4	Secretaria Municipal de Adm e Finanças	Termo de Auxílio	002/2021	O objeto do presente termo é o repasse de recursos financeiros, por parte do Município de Nova Trento/SC, a título de auxílio financeiro, no valor de R\$ 153.204,25 (cento e cinquenta e três mil duzentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), em três parcelas adiante dis	123.138,23	83.559.01 3/0001-22	Regular

				criminadas, à Sociedade Recreativa Humaitá.			
Instrumento #5 - CAAC5	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Termo de Colaboração	01/2022	O presente Termo de Colaboração tem por objeto e realização da XXVIII Festa Incanto Trentino, que acontece de 04 à 07 de agosto de 2022, realizada nas dependências do Ginásio de Esporte Inácio Gulini (área interna e externa) e Centro de Eventos do Município, conforme detalhado no Plano de Trabalho aprovado pelo Município, o qual faz parte integrante do presente termo.	428.000,00	05.667.67 7/0001-00	Regular
Instrumento #6 - CAAC6	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	Termo de Colaboração	02/2022	O presente Termo de Colaboração tem por objeto a	163.188,16	05.667.67 7/0001-00	Em andamento

				realização do Incanto Di Natale, que acontece de 16 à 23 de Dezembro de 2022, realizada nas dependências do Ginásio de Esportes Inácio Gulini (área interna e externa) e Centro de Eventos do Município, conforme detalhado no Plano de trabalho aprovado pelo Município, o qual faz parte integrante do presente termo.			
Instrumento #7 - CAAC7	Secretaria Municipal de Educação	Termo de Fomento	01/2022	O objeto do presente Termo de Fomento é o repasse de recursos firmado entre a Administração Municipal e a Organização da Sociedade Civil, com o objetivo de custear 100% (cem por cento) das	1.001.979,42	10.788.345/0001-05	Em andamento

despesas provenientes com o transporte de estudantes, que diariamente se deslocam para as instituições de ensino superior e técnico sendo: UNIFEBE, UNIASSELVIM, SENAC, SENAI e IFC, na cidade de Brusque, UNIVALI, em Itajaí e também UNIVALI e UNIAVAN, na cidade de Balneário Camboriú, com a finalidade de conseguir uma boa colocação no mercado de trabalho. Muitos estudantes apresentam dificuldades financeiras para custear isoladamente seus estudos, ne

cessitando  
do apoio do  
Poder  
Público  
(Anexo  
Plano de  
Trabalho  
que é parte  
Integrante  
deste  
termo).

Instrumento  
#8 -  
CAAC8

Instrumento  
#9 -  
CAAC9

Instrumento  
#10 -  
CAAC10

## 5.2 O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998? (6308)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**5.2.1 Por gentileza, preencha o quadro abaixo com os Contratos de Gestão vigentes:****(6309)**

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	<b>Nome da Entidade - CGENTIDADE</b>	<b>CNPJ da Entidade - CGCNPJ</b>	<b>Área de atuação da Entidade (Exemplo: Saúde; Educação; Assistência Social) - CGAREA</b>
Contrato de Gestão #1 - CG1	REDEH Beneficiência Cristã	86324860/0001-01	Secretaria Municipal de Saúde
Contrato de Gestão #2 - CG2			
Contrato de Gestão #3 - CG3			
Contrato de Gestão #4 - CG4			
Contrato de Gestão #5 - CG5			
Contrato de Gestão #6 - CG6			
Contrato de Gestão #7 - CG7			
Contrato de Gestão #8 - CG8			
Contrato de Gestão #9 - CG9			
Contrato de Gestão #10 - CG10			



**5.3 O município regulamentou a Lei 13.019/2014? (6310)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**5.3.1 Qual Decreto regulamenta a Lei 13.019/2014? (6311)**

Tipo: (S/text-short)

<https://leismunicipais.com.br/a1/sc/n/nova-trento/decreto/2019/7/62/decreto-n-62-2019-regulamenta-a-aplicacao-da-lei-federal-n-13019-de-31-de-julho-de-2014-e-dispoe-sobre-regras-e-procedimentos-do-regime-juridico-das-parcerias-celebradas-entre-a-administracao-publica-municipal-e-as-organizacoes-da-sociedade-civil-no-mbito-do-municipio-de-nova-trento?q=62%2F2019>

## 6. Da avaliação dos processos licitatórios (236)

### 6.1. Foram avaliados processos licitatórios? (6268)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

#### 6.1.1. Quais foram os critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação?

(6269)

Tipo: (M/multiple-opt)

Todos os processos licitatórios abertos no ano-referência foram analisados pelo Órgão de Controle Interno; (6535)

[X]

Amostra Aleatória (6368)

**Experiências passadas (6369)**

[X]

**Valor envolvido (6370)****Risco (probabilidade de ocorrência de eventos negativos) (6371)**

[X]

**Relevância econômica ou social para o Município (6372)****Outros**

**6.1.2. Insira as licitações analisadas no período. Se a lista abaixo for insuficiente, priorize os casos em que ocorreram irregularidades ou inconsistências e/ou sejam mais relevantes para seu município (casos de maior valor financeiro, maior duração de contrato, maior risco do objeto contratado, casos com muitos fornecedores, etc).**

**(6270)**

Tipo: (;/array-multi-flexi-text)

	Número do Processo de Licitação - LICITNPR OCESSO	Modalidade de Licitação - LICITNPR OCESSO1	Tipo de Licitação - LICITTIPOPR OCESSO	Valor estimado de contratação - LICITVALOR	CPF ou CNPJ do Contratado - LICITCON TRATADO	Houve indícios de irregularidade? Descreva - LICITNPRO OCESSO2
Licitação #1 - ProcessoLic it1	PL082/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 2.554.428,97	CNPJ N° 2 2.853.624/00 01-94	Não há indícios de irregularidade
Licitação #2 - ProcessoLic it2	PL024/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 106.866,40	19.376.641/ 0001-73	Não há indícios de irregularidade
Licitação #3 - ProcessoLic it3	PL005/22	Tomada de Preços	Menor Preço Global	R\$ 32.579,59	34.456.944/ 0001-90	Não há indícios de irregularidade
Licitação #4 - ProcessoLic it4	PL044/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 13.632.780,00	07.155.480/ 0001-09 / 78. 266.566/000 1-57	Não há indícios de irregularidade
Licitação #5 - ProcessoLic it5	PL016/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 1.884.749,00	75.812.115/ 0001-80 / 12. 970.750/000 1-75 / 03.612 .312/0004-97	Não há indícios de irregularidade
Licitação #6 - ProcessoLic it6	PL030/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por item	R\$ 106.983,00	75.812.115/ 0001-80	Não há indícios de irregularidade

Licitação #7 - ProcessoLicit7	PL047/22	Concorrência	Menor preço global	R\$ 6.923.883,19	04.924.266/ 0001-81	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #8 - ProcessoLicit8	PL046/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por item	R\$ 4.677.018,00	03.541.121/ 0001-39 / 45. 393.471/000 1-45 / 08.712 .997/0001-14 / 21.708.229/ 0001-55	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #9 - ProcessoLicit9	PL027/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 2.107.450,00	04.924.266/ 0001-81	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #10 - Proces soLicit10	PL049/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 102.954,96	14.233.242/ 0001-30	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #11 - Proces soLicit11	PL048/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por lote	R\$ 1.563.500,00	40.549.587/ 0001-07 / 33. 936.401/000 1-07	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #12 - Proces soLicit12	PL106/22	Dispensa de Licitação	Dispensa	R\$ 115.750,00	26.325.462/ 0001-72	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #13 - Proces soLicit13	PL020/22	Dispensa de Licitação	Dispensa	R\$ 729.000,00	° 08.336.78 3/0001-90	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #14 - Proces soLicit14	PL067/22	Tomada de Preços	Menor preço global	R\$ 509.599,66	43.887.548/ 0001-08	Não há indícios de irregularidad e
Licitação #15 - Proces soLicit15	PL003/22	Pregão Eletrônico	Menor preço por item	R\$ 3.167.591,80	80.658.859/ 0001-21 / 05. 906.895/000 1-41 / 03.195 .677/0001-10 / 75.461.509/ 0001-30	Não há indícios de irregularidad e

**6.2. Sobre as licitações e contratações da unidade, responda: (6290)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Bom - 2

**Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada. (6432)**

Bom - 2

**Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas. (6433)**

Bom - 2

**Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório. (6476)**

Bom - 2

**Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório. (6477)**

Bom - 2

**Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas. (6529)**

Bom - 2

**Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital. (6530)**

Inexistente - 0

**Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições. (6531)**

## 7. Da avaliação da gestão de recursos humanos (237)

### 7.1. Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal?

(6271)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

#### 7.1.1. Relação de procedimentos de fiscalização envolvendo recursos humanos (6285)

Tipo: (/array-multi-flexi-text)

	<b>Unidade(s) em que o(s) procedimento(s) foram realizados - UNIDADE</b>	<b>Assunto do procedimento - ASSUNTO</b>	<b>Período analisado - PERÍODO</b>
Procedimento #1 - PROCED1	Recursos Humanos	Pagamento de Horas Extras	Janeiro a Maio
Procedimento #2 - PROCED2	Recursos Humanos	Contratação de Pessoal	Janeiro a Dezembro
Procedimento #3 - PROCED3			



**7.1.2. Sobre a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) sob seu controle, avalie: (6286)**

Tipo: (F/array-flexible-row)

Atuação razoável da gestão - 2

**Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual) (6516)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Controle de horas extras pelos gestores (6517)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento (6518)**

Pouca atuação da gestão - 1

**Realização de cursos de capacitação pelos servidores (6519)**

Pouca atuação da gestão - 1

**Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores (6520)**

Nenhuma atuação da gestão - 0

**Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores (6521)**

Pouca atuação da gestão - 1

**Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos (6522)**

Pouca atuação da gestão - 1

**Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório (6523)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social (6524)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças) (6525)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas. (6526)**

Atuação razoável da gestão - 2

**Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal (6527)**

Pouca atuação da gestão - 1

**Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento. (6528)**

## 8. Da avaliação do cumprimento de decisões do TCE/SC (238)

8.1. Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

(6272)

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**8.1.1. Informe as determinações e recomendações realizadas pelo TCE/SC: (6273)**

Tipo: (:/array-multi-flexi-text)

	Tipo (Determinação ou Recomendação) - NACORDAO1	Número do Acórdão - NACORDAO	Assunto da Decisão - DECISAO	Situação (Implementada, parcialmente implementada ou não implementada) - SITUACAO	Justificativa do Gestor, se houver - JUSTIFICATIVAGESTOR
Decisão do TCE/SC #1 - DECISAO1	Recomendação	PCP 22/00110019	Aplicação parcial no valor de R\$ 22.769,57, no primeiro trimestre de 2021, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 130.713,20, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 c/c o artigo 53 da Lei nº 14.113/2020.	Implementada	Essa restrição não procede, vez que o superávit financeiro dos recursos do Fundeb de 2020 foram aplicados no mês de março de 2021, conforme registros contábeis.
Decisão do TCE/SC #2 - DECISAO2	Recomendação	PCP 22/00110019	Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações referente ao Lançamento da Receita, de	Implementada	O controle interno notificará o Departamento de Tributos e o Departamento da Tecnologia da Informação até o final do mês de março de 2023 para

			modo a garantir a transparência da gestão fiscal, em descumprimento ao estabelecido no artigo 48-A (II) da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009.		que adote providências no sentido de que a integração dos sistemas de tributos e contabilidade sejam alimentados de forma adequada e tempestiva para que os dados relativos ao lançamento dos créditos da fazenda pública sejam disponibilizados em tempo real no portal da transparência para acesso ao público como determina a LRF.
Decisão do TCE/SC #3 - DECISAO3	Recomendação	PCP 22/00110019	Registro indevido de Ativo Financeiro (Atributo F) com saldo credor na FR 08 – R\$ 119.800,44, em afronta ao previsto no artigo 85 da Lei nº 4.320/64 e arts. 8º, parágrafo único e 50, I da LRF;	Implementada	Infelizmente no sistema da Betha, instalado a partir do exercício de 2020, não nos permite identificar nos diversos relatórios dos Balanços e nos Balancetes de Verificação, as contas que compõem o Ativo Financeiro, dificultando os ajustes necessários. De qualquer forma procuraremos identificar se ele permanece em 2023 para promover a

					correção e adotar providências para que fatos dessa natureza não mais ocorram.
Decisão do TCE/SC #4 - DECISAO4	Recomendação	PCP 22/00110019	Contabilização de Receita Corrente de origem das emendas individuais no valor de R\$ 650.000,00 e das emendas de bancada no valor de R\$ 772.920,00, em desacordo com a Tabela de Destinação da Receita Pública ( <a href="https://www.tcesc.tc.br/content/tabela-de-download-2021">https://www.tcesc.tc.br/content/tabela-de-download-2021</a> ) e com o art. 85 da Lei n.º 4.320/64;	implementada	O Controle Interno notificará o Contador da Prefeitura para que passe a observar a classificação adequada para as receita oriundas de emendas orçamentárias.
Decisão do TCE/SC #5 - DECISAO5	Recomendação	PCP 22/00110019	Adote providências tendentes a garantir o alcance da meta estabelecida para o atendimento em creche, observado o disposto no Plano Municipal de Educação e na parte final da Meta 1 da Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE);	Implementada	O Controle interno notificará o Secretário Municipal de Educação para que adote providências no sentido de atender as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.

Decisão do TCE/SC #6 - DECISAO6	Recomendação	PCP 22/00110019	Garanta o atendimento na pré-escola para crianças de 4 a 5 anos de idade, em cumprimento ao art. 208, I, da Constituição Federal, e a parte inicial da Meta 1 da Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE);	Implementada	O Controle interno notificará o Secretário Municipal de Educação para que adote providências no sentido de atender as metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação.
Decisão do TCE/SC #7 - DECISAO7	Recomendação	PCP 22/00110019	Formule os instrumentos de planejamento e orçamento público competentes - o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) - de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) e com o Plano Municipal de Educação (PME), a fim de viabilizar sua plena execução e cumprir o preconizado no art. 10 da Lei	Implementada	Os instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) são formulados de maneira que permitam desenvolver ações no sentido de cumprir as metas estabelecidas no Plano Municipal de Ensino.



Decisão do TCE/SC #8 - DECISAO8	Recomendação	PCP 22/00110019	(federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE);  Observe atentamente as disposições do Anexo II da Instrução Normativa nº TC-0020/2015, especialmente no que se refere ao inciso XVIII, diante do cenário de pandemia de COVID-19.	Implementada	Felizmente o cenário da pandemia já desapareceu.
Decisão do TCE/SC #9 - DECISAO9	Recomendação	PCP 22/00110019	. Recomendar ao Município de Nova Trento que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.	Implementada	O controle interno adotará as providências necessárias no sentido de atender integralmente essa recomendação, fazendo publicar a prestação de contas de 2021 e o respectivo parecer prévio.
Decisão do TCE/SC #10 - DECISAO10					

## 9. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito (239)

9.1. Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle?

(6274)

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## **10. Avaliação dos procedimentos de renegociação da dívida com o instituto ou fundo de previdência (240)**

### **10.1. Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência no ano-referência? (6275)**

Tipo: (Y/yes-no)

Não

## 11. Avaliação acerca da conformidade dos registros (241)

**11.1. Na sua avaliação, os registros gerados por seu sistema de contabilidade, orçamentário e financeiro encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge?**

**(6276)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

**Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? (6277)**

Tipo: (Y/yes-no)

Sim

## 12. Outras análises realizadas pelo Órgão de Controle Interno (242)

**Opcionalmente** , insira neste campo procedimentos realizados que não se enquadram nas alternativas anteriores: (6293)

Tipo: (T/text-long)

## Sugestões ao TCE/SC (243)

e-mail de contato: [controleinterno@novatrento.sc.gov.br](mailto:controleinterno@novatrento.sc.gov.br)

**I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)**

**No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura:**

**A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional:**

**O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte:**

**A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; Servidores temporários e estagiários.**

**No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? . - .**

**Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes:**

**Os seguintes sistemas são informatizados:**

- Sistema de controle patrimonial:
- Sistema de almoxarifado:

- Sistema informatizado de planejamento orçamentário:

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais:

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores:

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias:

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada:

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades:

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados:

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação:

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas:

## II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício?

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
--	---------	----------------	--	---

			situação?	

**Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras?**

**Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? .**

**Em relação à gestão de riscos:**

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? ;

**Sobre a execução orçamentária e contábil:**

**na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do**

**município e Sistema e-Sfinge;**

**na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;**

**na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções,**

**auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;**

**na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;**

**na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas**

**(análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);**

**na Análise de procedimentos afetados à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de**

**controle, localização física, etc);**

### **III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo**

**Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário?**



Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis

**Avaliação conclusiva:** avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

## IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas?

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

**V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos**

**congêneres**

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres?

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento

O município possui contratos de gestão regidos pela Lei nº 9.637/1998?

Entidades (se aplicável): ;;;

Regulamentação da Lei 13.019/2014 (se aplicável):

## VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno?

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação:

Número do Processo de Licitação	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de contratação	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de irregularidade, se houver

--	--	--	--	--	--

**Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:**

- **Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada:**
- **Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas:**
- **Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório:**
- **Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas:**
- **Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital:**
- **Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições:**

## **VII - Avaliação da gestão de recursos humanos**

**Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? .**

**Procedimentos realizados:**

..

..

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual):
- Controle de horas extras pelos gestores:
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e

Assessoramento:

- Realização de cursos de capacitação pelos servidores:
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores:
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores:
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos:
- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório:
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez

vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social:

- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças):
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções

públicas:

- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal:
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha

de pagamento:

## VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)?

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver

## IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade?

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

## X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência?

Renegociação realizada, se houver :

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

**XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge**

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? .

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? .

**XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015**

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

**(6301)**

Tipo: (/upload-files)

**Gostaria de deixar alguma sugestão ao TCE/SC? (opcional) (6302)**

Tipo: (T/text-long)